

O USO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS SOB A PERSPECTIVA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

THE USE OF PARTICIPATORY METHODOLOGIES IN RURAL SETTINGS UNDER THE PERSPECTIVE OF UNIVERSITY EXTENSION

Diego Neves de Sousa **1**

Cleiton Silva Ferreira Milagres **2**

Michele Silva Costa **3**

Resumo: A prática extensionista descrita neste artigo refere as atividades realizadas no PA (Projeto de Assentamento) Paulo Faria, localizado no município de Campo Florido, na região do Triângulo Mineiro/MG. O trabalho extensionista objetivou realizar reflexões sobre a utilização do uso de áreas comunitárias dos assentados no que se refere aos aspectos da cooperação e participação na comunidade onde se encontram inseridos, por meio da utilização de técnicas participativas. Percebeu-se que, o uso de ferramentas didático-pedagógicas acerca da cooperação possibilita o diálogo entre o conhecimento técnico-científico com o saber local e que o envolvimento participativo da comunidade na tomada de decisão contribuiu para com informações para o plano de desenvolvimento do assentamento.

Palavras-chave: Extensão Universitária; técnicas participativas; desenvolvimento comunitário; educação cooperativista.

Abstract: The extensionist practice described in this article refers to the activities carried out in the PA (Settlement Project) Paulo Faria, located in the municipality of Campo Florido, in the Triângulo Mineiro / MG region. The extensionist work aimed at reflecting on the use of the community areas of the settlers in relation to the aspects of cooperation and participation in the community where they are inserted, through the use of participatory techniques. It was noticed that the use of didactic-pedagogical tools on the cooperation allows the dialogue between the technical-scientific knowledge with the local knowledge and that the participatory involvement of the community in the decision-making contributed with information to the development plan of the settlement.

Keywords: University Extension; participatory techniques; community development; pedagogy of cooperation; cooperative education.

Doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Gestor de Cooperativas e mestre em Extensão Rural, ambos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Tenho interesse em temas de pesquisa na área de Organização Social e Produtiva, Comunicação e Educação Cooperativista, Comunicação para Transferência de Tecnologia, Políticas Públicas da Agricultura Familiar e Extensão Rural e Pesqueira. Atuo no setor de Transferência de Tecnologia da Embrapa Pesca e Aquicultura, em Palmas (TO). E-mail: diego.sousa@embrapa.br **1**

Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins(UFT). Mestre em Extensão Rural e Bacharel em Gestão de Cooperativas, ambos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente é professor Assistente II (UFT) no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, campus Araguaína. Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão: "Cooperativismo, Extensão Rural e Processos Participativos" (UFT) e participa dos Grupos: Gestão e desenvolvimento de cooperativas e associações e ASSENTAMENTOS - Grupo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais no Campo, Reforma Agrária e Associativismo. Membro do Comitê Organizador Internacional do SIBEP - Seminário Internacional Brasil, Espanha e Portugal. Desenvolve trabalhos nos seguintes temas: Metodologias Participativas, Cartografia Social, Educação Cooperativista, Extensão Rural e Processos Sociais. E-mail: cleiton.milagres@mail.uft.edu.br **2**

Possui licenciatura em Letras (2007) e graduação em Administração (2006) ambas pela Universidade Estadual de Montes Claros e especialização em Docência do Ensino Superior (2015) pela FACIMAB. Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: michelesc@uft.edu.br **3**

Introdução

Este artigo apresenta as atividades de extensão universitária realizada no PA (Projeto de Assentamento) Paulo Faria, localizado no município de Campo Florido, na região do Triângulo Mineiro/MG. É importante esclarecer, de início, que este trabalho foi desenvolvido conjuntamente com a equipe responsável pela elaboração do PDA¹ (Plano de Desenvolvimento Sustentável de Assentamento), no que se refere às questões atinentes à criação dos espaços de uso comum para a comunidade assentada, tanto no âmbito da organização produtiva quanto da organização social.

Durante a fase de acampamento quando os “sem-terra”² vivem sob condições precárias, morando em “barracos” de lona e sem uma estrutura legalmente constituída, nota-se que a organização dos assentados através de movimentos sociais ocorre com uma maior participação e, ainda, existe uma expectativa de reciprocidade com o grupo de indivíduos para que cooperem e lutem em conjunto na condição de obter coletivamente a concessão da terra e, conseqüentemente, do seu próprio lote.

O que se verifica é que justamente na fase inicial de constituição do assentamento rural, ou seja, na criação, operacionalização e principalmente no processo de organização das atividades sociais e produtivas para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), é que ocorre adequada organização e cooperação entre famílias assentadas (SOUSA *et al*, 2010). Esse envolvimento participativo ocorre porque os indivíduos estão ansiosos com o novo que está por vir, vivendo uma fase de transição, isto é, partindo de uma fase em que se mobilizavam por meio de um movimento social para ter a posse da terra para a categoria de assentado da reforma agrária.

A participação da comunidade local para uma adequada organização social e produtiva do assentamento rural é de grande valia para que os objetivos propostos do PDA sejam atendidos coletivamente. É importante entender, neste estudo, que a participação não se resume somente na presença de um elevado número de assentados nas reuniões, mas que se resume numa presença qualitativa em que haja uma proposta dialogada entre os partícipes do processo, ou seja, que os assentados possam questionar e emitir ideias construtivas em prol dos objetos em comum. Assim sendo, a participação tem como proposta primordial a busca de soluções por meio da cooperação entre os indivíduos para encontrar a melhor decisão coletiva para o assentamento que está sendo constituído. É importante também considerar a participação como um conceito central para que haja o desenvolvimento da comunidade.

Neste contexto, as práticas metodológicas adotadas pelos extensionistas e relatadas neste artigo envolveram ações como: aplicação de entrevistas semiestruturadas e o uso de técnicas participativas. As técnicas foram divididas em quatro fases: 1) mobilização dos atores sociais; 2) diagnóstico e planejamento participativo; 3) execução das atividades e, por último, 4) avaliação participativa. Foram convidadas 240 famílias que tiveram que ser divididas em cinco grandes grupos de interesse que compõem o assentamento. Esse montante de famílias foi devido à grande dimensão territorial do PA Paulo Faria e que, segundo estudos anteriores do PDA demonstravam que a área estava prevista para esse contingente de famílias. As ações voltadas para organização dos grupos foram orientadas metodologicamente pela educação cooperativista – uma forma didática pedagógica que estuda o conceito de cooperação e é capaz de organizar os indivíduos em base comunitária, demonstrando a influência do potencial participativo no processo de desenvolvimento da comunidade (VALADARES, 2005).

No processo de diagnóstico foram levantados os principais problemas e potencialidades da realidade local, além disso, foi identificado como os assentados desejam utilizar as áreas comunitárias do assentamento rural. Vale ressaltar que houve uma grande preocupação, por parte dos moderadores extensionista, de garantir que fossem efetivadas ações de caráter participativo e discussões sobre temas problematizadores para análise e identificação das causas de sucesso

1 O PDA é o instrumento de planejamento do Projeto de Assentamento recém criado, no qual compreende todas as fases do processo de constituição, iniciando-se com a instalação das famílias na área do assentamento, suas participações em reuniões e capacitações para a construção e elaboração desse Plano, até a emancipação e sustentabilidade do assentamento rural, obtidos com o progresso socioeconômico e cultural das famílias assentadas.

2 Pelo Estatuto da Terra, esta categoria inclui os beneficiários potenciais da reforma agrária, assalariados rurais e parte dos minifundiários. Diferenciando-se deste conceito formal, opõe-se um mais dinâmico e politizado na luta pela terra, no qual considera-se que os “sem-terra” são aqueles que têm alguma vinculação de posse com a terra (posseiros, parceiros, arrendatários e minifundiários) (GEHLEN, 1994).

e revés da comunidade, sempre considerando a pluralidade por conta do grande número de beneficiários para o referido assentamento.

Após a análise dos dados, os resultados gerados pelo diagnóstico participativo desencadearam num planejamento de ações baseado em um trabalho dinâmico e reflexivo com os assentados, pautado principalmente na valorização do ambiente em que se encontram inseridos. Para facilitar a construção dessa fase, foram aplicadas dinâmicas de grupo motivadoras, a fim de obter uma maior participação das famílias beneficiárias como forma de obter informações que fossem utilizados no delineamento da organização social³ e produtiva do assentamento.

Deve-se apontar que a relevância desta experiência de cooperação foi presenciada no projeto de extensão universitária intitulado: “Participação e Desenvolvimento Comunitário: Construindo Metodologias Participativas no PA Paulo Faria”, formado por estudantes do curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal de Viçosa e professores que buscou proporcionar a junção de saberes técnico científico com os saberes locais. Deste modo, este trabalho extensionista objetivou realizar reflexões sobre a utilização do uso de áreas comunitárias dos assentados no que se refere aos aspectos da cooperação e participação na comunidade onde se encontram inseridos, por meio da utilização de técnicas participativas.

Interação entre ensino-pesquisa e extensão

A ação conjunta e organizada no tripé: ensino, pesquisa e extensão devem caminhar indissociáveis uma das outras de maneira que essas três atividades tornam-se complementares e relacionadas para que os princípios universitários sejam atingidos de forma plena e efetiva, resultando, assim, na participação dos envolvidos no processo.

De acordo com Filho (1997), se fosse feito uma enquete entre universitários sobre o que é ensino ou o que é pesquisa, por exemplo, ele acredita que quase todos os entrevistados não terão os mesmos esclarecimentos. Alguns irão falar com mais propriedade, outros com menos, mas todos dirão alguma coisa em comum, qual seja: todos têm noção do que seja ensino ou do que seja pesquisa. No entanto, se num meio universitário qualquer perguntarmos o que é extensão universitária, muitos não irão saber nem do que se trata, embora as pessoas tenham, intuitivamente o conceito delineado.

Assim sendo, é pertinente destacar que as questões ligadas ao ensino e a pesquisa são importantes também para analisar a extensão universitária que neste trabalho compartilha o conceito apresentado por Carneiro (1985):

O conceito de extensão universitária corresponde a um conjunto de ações sócio-comunitárias voltadas para a produção de benefícios coletivos. Estas ações, oriundas de um voluntariado, se exercitam em etapas que vão da identificação do problema à descoberta de alternativas comunitárias de solução, tendo sempre, em vista, a melhoria das condições locais de vida (CARNEIRO, 1985 p.150).

Em consonância com o exposto por Carneiro (1985), também Silva (1997) acredita que a extensão universitária funciona como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e recebe dela informações retroalimentadas, tais como: suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também apreendem com o saber local dessas comunidades.

Neste contexto, destaca-se também que o conhecimento gerado pelos pilares da academia, ensino e pesquisa, poderia ser transferido à comunidade por meio de ações de extensão universitária.

Através da percepção dos discentes, propicia-se uma solidificação na transferência do aprendizado que se obtém em sala de aula para uma vivência na prática, enriquecendo-os no contato direto com a comunidade onde o projeto está ocorrendo a intervenção social. Essa seria uma forma também de otimizar os estudos acadêmicos e amadurecer os estudantes para

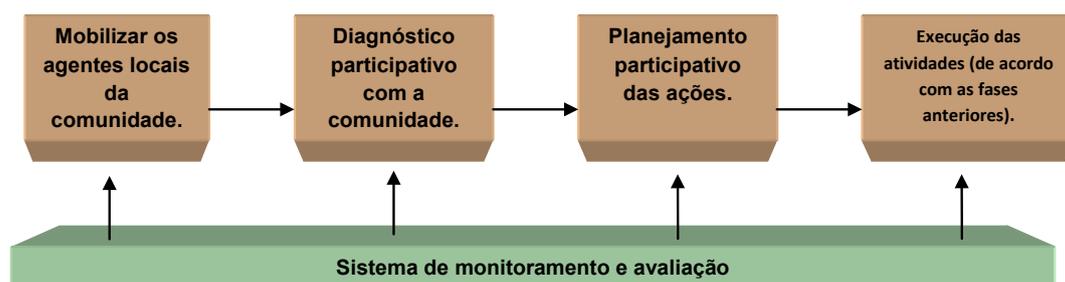
³ O uso desta expressão deve estar relacionado com a atividade social em um tempo e em um espaço determinado. A organização social é a maneira como os indivíduos reúnem elementos da ação para realizar algo que queiram realizar coletivamente. Em outras palavras, a organização social ocorre quando consideramos as escolhas e as soluções para problemas, dificuldades e conflitos que realmente ocorreram em uma situação particular (REDFIELD, 1989).

as intervenções na realidade, tendo em vista também, contribuir para a formação humana e profissional do universitário. Nota-se, portanto, que a partir de um trabalho de extensão universitária nasce a premissa entre os estudantes de desenvolver diversas habilidades técnicas para que estes, munidos do conhecimento obtido na academia, possam transferi-lo para a comunidade em que está atuando. Freire (1986) contribui na discussão ao relatar que as práticas extensionistas devam ser orientadas pelo caráter participativo, ao envolver a comunidade nos processos de intervenção social, pois o compromisso do profissional é com a sociedade.

Como supracitado, as iniciativas a serem relatadas demonstram que a valorização da junção do saber (popular e técnico), frente a uma relação impositiva vertical (de cima para baixo) entre o moderador e a comunidade, obedecem uma perspectiva de socialização do conhecimento.

Procedimentos metodológicos

Neste trabalho, a construção da prática metodológica objetivou estimular a participação dos assentados beneficiários dentro de suas realidades, permitindo com que toda a comunidade promovesse momentos de reflexão, intercâmbio de experiências e de vivências, no intuito de realçar os assuntos de forma crítica e consciente. Em outras palavras, o trabalho extensionista proporcionou uma melhor forma de sensibilização, formação e crescimento coletivo, trazendo os indivíduos para o campo da tomada de decisões. O esquema abaixo (Figura 01) mostra como foi o enfoque dado à metodologia adotada no trabalho de extensão desenvolvido no assentamento rural Paulo Faria:



mostrá-los como os problemas comunitários eram possíveis de solucionar e, conseqüentemente, de superá-los.

Em um segundo momento, os dados obtidos com os questionários foram utilizados para delinear as formas de atuação da equipe de trabalho, a fim de alcançar os objetivos e as metas propostas pelo projeto de extensão. Por conseguinte, identificado efetivamente quem era o público alvo, os interesses, as expectativas, as perspectivas de ações concretas – constituição de cooperativas e associações – e no modo de vida desse público, os dados foram codificados, tabulados e, posteriormente, transformados em gráficos e quadros que foram interpretados como desejos e oportunidades sob a percepção dos assentados do PA Paulo Faria. Porém, os dados estatísticos não foram suficientes por si só, fazendo-se necessário, ainda, a utilização de adequada metodologia participativa que envolveu questões de empoderamento, formas de intervenção e, até mesmo, o fato de ter de sensibilizar a comunidade para a relevância da participação e a existência de espaços adequados para o exercício da cidadania.

A utilização de técnicas participativas e a prática extensionista

Com os dados já apurados e o conhecimento sobre a realidade estudada, a equipe extensionista procurou usar técnicas participativas, com o apoio da ferramenta educação cooperativista desenvolvidas em sala de aula como forma de articular ações pedagógicas com a comunidade. Dessa forma, a educação cooperativista ajudaria nessa articulação, pois atuaria com o intuito de articular os indivíduos para atingir objetivos em conjunto e também, segundo o interesse de cada um. Fazendo isso, estaríamos atingindo nosso objetivo, perante ao trabalho a ser desenvolvido no PA Paulo Faria e, também, na possível articulação de ações para a comunidade, orientadas por alternativas para o desenvolvimento comunitário.

Define-se educação cooperativista como um processo e um método para formular e executar políticas de educação e comunicação cujas características se referem aos aspectos essenciais à prática da cooperação. Compreende o processo propriamente dito de preparação e adoção de planos e estratégias coletivas amparadas por decisões em bases cooperativistas (VALADARES, 2005).

Desse modo, foi importante acrescentar que durante o uso das técnicas de educação cooperativista, o norteador deste trabalho se fundamentou no planejamento de ações de natureza participativa e cooperativa, buscando ao máximo entender a organização social da comunidade assentada. Por sua vez, o processo metodológico baseou-se na realização de dinâmicas que foram estabelecidas antes e durante as reuniões. As aplicações dessas ações ocorreram junto às famílias dos assentados, em dias distintos, por haver certa diferenciação estratificada por grupos de interesse. Por isso, o trabalho teve de transcorrer de forma alternada e segundo a particularidade de cada grupo. Sabe-se que o trabalho em grupos menores é menos enviesado, pois tem uma maior interação e uma melhor comunicação entre os partícipes, fazendo com que os resultados que se almeja sejam alcançados com maior rapidez, eficácia e geração de ideias de forma mais intensa, como ocorre num grupo focal (Oliveira e Freitas, 1998). De tal modo, o trabalho com pequenos grupos permite ao moderador:

- Fazer uma discussão mais ampliada e consistente das ideias;
- Criar uma intensiva chuva de ideias que serão socializadas e aperfeiçoadas em plenária;
- Ter caráter informal e temporário, com a tarefa de analisar, debater, estudar, planejar ou refletir sobre algum tema;
- Obter uma participação dos mais tímidos;
- Debater um leque maior de temas distribuídos nos grupos e socializados em plenária.

As técnicas foram realizadas sempre durante as reuniões do PDA. Na primeira reunião foi proposto para os assentados que eles estabelecessem regras de convívio para o bom andamento do trabalho, no qual foram escritas no quadro de flip-chart suas sugestões que permaneceram até o término das atividades. O enfoque a ser perseguido nesta técnica estava alinhado ao comprometimento que teriam entre eles para garantir uma melhor organização, bem como em estabelecer um tempo determinado para o planejamento e execução de ações participativas, visto que foram sugestões indicadas por eles mesmos.

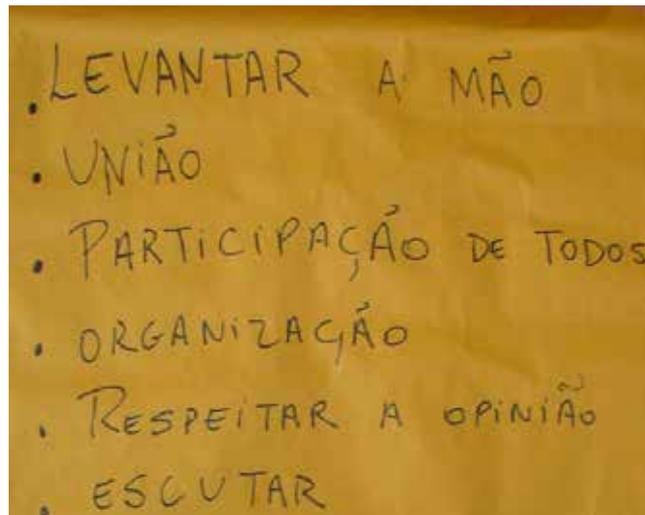


Figura 2. Regras de convivência estabelecida pela comunidade no PA Paulo Faria.

Cabe ressaltar que foi repassado aos assentados que a participação nas reuniões não se resume somente na presença física, mas numa intervenção participativa por parte deles associada a tomadas de decisões.

Nesta mesma etapa foi aplicada a técnica “Pimenta nos olhos dos outros é refresco” na intenção de melhorar a socialização e integração entre os assentados e desfazer “nós” de convivência. O primeiro passo foi orientar as pessoas a formarem um círculo, distribuir papéis e canetas para em seguida elas escreverem uma “prenda” que gostaria que a pessoa que está ao seu lado esquerdo fizesse. Depois de escrito, foi revelado que quem cumpriria a tal prenda proposta seria a própria pessoa. A finalidade da técnica foi de refletir ações coletivas, tendo como cenário, que quando desejamos algo para alguém, muitas das vezes não queremos para nós mesmos ou entes queridos. Por isso a importância de respeitar o próximo diante das expectativas de convívio no assentamento, numa perspectiva de exercício de alteridade.

Para se obter um bom resultado foram utilizadas outras técnicas participativas de grupo durante as reuniões. As técnicas, a do Tangran e o Jogo das algemas, possibilitou orientar e conhecer os valores intrínsecos dos beneficiários do assentamento.

A técnica do Tangran foi desenvolvida, especificamente, para incentivar os assentados a planejar coletivamente e de forma reflexiva. Isto é, se conscientizarem sobre questões que envolvem sentimentos de solidariedade e de saber aceitar opiniões diversas. O desafio foi conseguir dispor corretamente as peças do tangran com o objetivo de formar uma figura geométrica sem saber qual era o formato a ser constituído. Esta técnica tem um conteúdo pedagógico que permitiu analisar a concentração, raciocínio, visão espacial e trabalho em equipe por parte dos assentados.

No caso do Jogo das algemas, a técnica despertou nos assentados a criatividade e a busca na resolução de problemas. A lógica da técnica consistiu na separação dos participantes sem que se rompessem o barbante e, simultaneamente, de modo que os mesmos se encontrassem algemados. O resultado da aplicação desta técnica foi importante para que os assentados saíssem dos condicionamentos diários e articulasse estratégias com os outros participantes.



Figura 3. Jogo das algemas no PA Paulo Faria

Também foi importante observar na etapa de atividades a *posteriori*, que as famílias assentadas tiveram a competência de opinar e eleger suas prioridades, após a realização da técnica de “*Brainstorming*”, conhecida também como “Tempestade de ideias”, realizada para refletir e explorar a potencialidade criativa dos envolvidos. No intuito de levar as discussões para uma plenária que envolvesse todos na construção social, foi lançada a seguinte pergunta problematizadora: De que maneiras poderiam ser feitas a utilização das áreas comunitárias e quais seriam as formas de se organizarem como grupos de interesses?

Em seguida, foram divididas as pessoas em subgrupos menores e proposto que os participantes discutissem ideias de forma mais explícita e efetiva para, assim, elaborar uma matriz de planejamento que estaria exposta seus desejos e prioridades em relação às áreas comunitárias. Cada trabalho foi desenvolvido em grupos de cinco a oito pessoas, no qual um de cada grupo apresentava a proposta em plenária, como forma de priorizar um planejamento em conjunto.

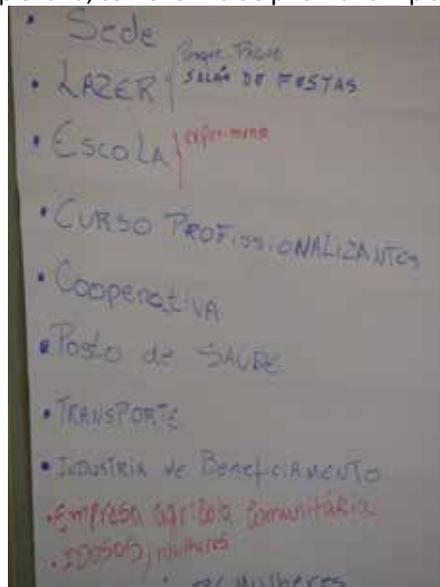


Figura 4. Tempestade de Ideias construída no PA Paulo Faria.

Em comum com as demais técnicas, o Metaplan foi o instrumento metodológico mais utilizado nas atividades como forma de refletirem informações necessárias para efetivar o trabalho de extensão ora proposto. Esta técnica constitui de fichas de visualização expostas durante a condução das reuniões. O registro era feito pelo facilitador conforme evoluía a discussão dos grupos, cada ideia ou opinião apresentada era registrada na forma de palavra-chave escrita em ficha de cartolina ou papel pardo com o pincel marcador.



Figura 5. Apresentação de proposta de ideias em plenária no PA Paulo Faria.

Portanto, os resultados obtidos a partir da aplicação de técnicas participativas proporcionaram ao assentamento rural de Paulo Faria uma maior facilidade na organização de ideias no que tange a organização social e gestão do assentamento, com o intuito de estabelecer as áreas comunitárias de uso comum.

Considerações finais

É notável que o trabalho extensionista incentivou o desenvolvimento de relacionamentos de confiança entre os assentados envolvidos no processo. Houve uma junção de saberes, entre a equipe extensionista e os assentados, numa articulação entre conhecimento técnico e conhecimento local proveniente da comunidade.

A partir disso, foi possível o empoderamento do grupo, ao se sentirem responsáveis pelas decisões coletivas das áreas de uso comum do PA Paulo Faria, priorizando a valorização de mecanismos cooperativos e associativos como referência para a escolha das áreas comunitárias.

Outro resultado alcançado foi sensibilizar os assentados a respeito da importância de se organizarem coletivamente na obtenção de ganhos, seja quando realizam compras ou quando realizam vendas de seus produtos.

O trabalho com a educação cooperativista permitiu o fortalecimento do espírito cooperativo entre os beneficiários do assentamento Paulo Faria e reforçou que o uso das técnicas participativas por extensionistas que atuam como mediadores sociais podem contribuir para a promoção do desenvolvimento comunitário.

Referências

CARNEIRO, M. A. **Extensão universitária: versões e perversões: estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do nordeste.** Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

FILHO, A. M. Palestra proferida no II Simpósio Multidisciplinar “A Integração Universidade-Comunidade”, Mesa Redonda “**O Princípio da Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão**”, realizada em 9 de outubro de 1997, USJT.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GEHLEN, I. **Estrutura, dinâmica social e compreensão sobre a terra no meio rural do sul.** Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1994.

OLIVAL, A. A. **Estudo de Caso: Participação e Desenvolvimento Comunitário no Município**

de **Carlinda/MT**. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Cooperativismo) Universidade Federal de Viçosa, 2006.

OLIVEIRA, M; FREITAS, H. M. R. Focus group - pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. **Revista de Administração**, São Paulo, v.33, n.3, p. 83-91, 1998.

REDFIELD, R. Peasantry: part-societies e the social organization of tradicion. In: REDFIELD, R. **The little community and peasant society and culture**. Chicago: Midway Reprint, 1989.

SILVA, O. D. **O que é extensão universitária?** USJT, 1997.

SOUSA, D. N; FERREIRA NETO, J. A; CARDOSO, P. O; Milagres, C. S. F. A influência do processo de criação de projetos de assentamentos rurais na região noroeste de Minas Gerais. **Revista de Estudos Sociais (UFMT)**, v. 1, p. 162-176, 2010.

VALADARES, J. H. **Estratégias de educação para a cooperação**. Viçosa: UFV, 2005.

Recebido em 25 de agosto de 2017.

Aceito em 2 de março de 2018.